As **eleições 2020** contaram com a maior visibilidade de candidaturas de mulheres, sendo elas brancas, negras, trans ou indígenas. Este esforço se refletiu nas urnas, com avanços muito importantes, como a eleição de mulheres negras pela primeira vez em diversas cidades brasileiras.

Contudo, ao mesmo tempo em que tais candidaturas foram visibilizadas, também veio com mais força a **violência política contra as mulheres**, com mais agressividade, mais racismo, homofobia e mais contundência. Os casos de **Suéllen Rossin**, que foi eleita como prefeita na cidade de Bauru (SP), **Ana Lúcia Martins** para vereadora na cidade de Joinville (SC) e **Carol Dartora** para a vereança em Curitiba (PR) nos mostram que a violência política de gênero não se limita ao momento eleitoral, mas invade a vida de mulheres que não se contentam em ficar do lado periférico da política.

É preciso proteger essas mulheres que, além de enfrentar toda a **misoginia** na vida privada e na pública, ficam expostas a um quadro hostil quando investidas nos cargos eletivos, em um ambiente político que parece não admitir a presença feminina como protagonista.

Nós, do **Observatório da Violência Política Contra a Mulher** e todas as instituições envolvidas (grupo **LiderA/IDP**; grupo **Comunicação Eleitoral/UFPR**; **Transparência Eleitoral Brasil** e **Grupo Ágora/UFC**) repudiamos estas manifestações de violência política, que ameaçam, intimidam e afastam as mulheres da arena pública, principalmente as negras, conforme os últimos acontecimentos após as eleições 2020. É preciso enfrentar o problema com seriedade e visibilizar a questão. Conscientizar a sociedade da gravidade desses fatos e mostrar que não é o preço a se pagar, **é um dever de todas e de todos**. Esperamos que os homens se somem a essa luta, tornando o espaço político institucional mais receptivo e democrático a todas e todos.









